

ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA ANÁLISE SOBRE O PRISMA SOCIAL DESSA INOVADORA FORMA DE ORGANIZAÇÃO.

Ramon Gonzaga Cruz¹; Jossel Borges Santos²

1. Bolsista Probic, Graduando em Ciências Econômicas, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: ramoncruz7@yahoo.com.br
2. Professor Orientador, Departamento de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: josselborgessantos@gmail.com

PALAVRAS-CHAVES: Economia Solidária, Desenvolvimento, Organização.

INTRODUÇÃO:

A Economia Solidária é resultado da organização e do desejo de trabalhadores na busca de novas práticas econômicas e sociais baseadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza em geral e de capital em particular. Esta nova prática de produção e consumo privilegia o trabalho coletivo, a autogestão, a justiça social e o desenvolvimento local, sustentável e solidário. A Economia Solidária seria uma maneira diferente de produzir, vender, comprar e trocar produtos: sem explorar outras pessoas e nem destruir o ambiente. Cooperando e exaltando o coletivo, as pessoas caminhariam de forma harmônica e sustentável. Com isso, a economia solidária vem se apresentando, nos últimos anos, como inovadora alternativa de geração de trabalho e renda e uma resposta a favor da inclusão social. Compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário. Grandes autores como *Paul Singes* e *Edi Benini* são, talvez, os dois grandes nomes que estudam a Economia Solidária e foram tomados como preferência para o desenvolvimento desse trabalho. Desta forma, a economia solidária aponta para uma nova lógica de desenvolvimento sustentável com geração de trabalho e distribuição de renda, através de um crescimento socioeconômico com proteção aos ecossistemas.

METODOLOGIA:

A pesquisa foi dividida em duas partes. Primeiro, foi necessário fazer uma revisão bibliográfica utilizada, principalmente, com o intuito de formar e consolidar um referencial teórico fundamental para o desenvolvimento da pesquisa. Depois, com o objetivo de dar corpo ao trabalho, foi utilizado o método documental realizado através de dados coletados em sites de órgãos públicos como Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e o Serviço Brasileiro de

Apoio às micro e pequenas Empresas. Depois da coleta dos dados, foi possível fazer um confronto entre a teoria e os números encontrados durante o trabalho.

RESULTADOS:

Um dos maiores problemas sociais do Brasil consiste no grande grau de concentração da renda. Mesmo com o esforço realizado nos últimos anos pela atuação do Estado, o país ainda possui níveis alarmantes para uma nação com suas proporções territoriais e pelo seu desenvolvimento econômico em relação ao resto do mundo. Diante dessas dificuldades, a Economia Solidária surge como uma importante ferramenta na promoção do desenvolvimento de classes menos favorecidas. Para o desenvolvimento da Economia Solidária no Brasil é de suma relevância a participação incisiva do Estado por meio de políticas que possam dar suporte a esse modelo de produção. Nos últimos anos, políticas foram criadas para incentivar a Economia Solidária. Um exemplo é criação de Incubadoras Universitárias que foram distribuídas por quase todos os estados do Brasil. Essas servem como apoio na criação, planejamento e fortalecimento desses grupos de produção. Além disso, foi criado junto ao Ministério do Trabalho e Emprego a Secretaria Nacional de Economia Solidária. Essa secretaria tem o papel de articulação de políticas públicas, e atualmente desenvolve o mapeamento da Economia Solidária, o que nos dará a dimensão do número de empreendimentos existentes e permitirá o desenho de políticas públicas mais adequadas. E os resultados estão aparecendo. Hoje a Economia Solidária se tornou num importante segmento de inserção social, ganhando novos adeptos e apresentando crescimentos significativos. Estudos feitos pelo MTE mostram a ascensão desse modelo organizacional. Em 2005, segundo pesquisa feita pelo órgão citado anteriormente, existiam 1,2 milhões de pessoas que praticam a Economia Solidária. Já em 2007 foram identificados 1,7 milhões, o que mostrou um aumento de 41% no número de trabalhadores. Isso só reflete o ótimo momento que passa a Economia Solidária. Outro número importante é a participação desse setor no Produto Interno Bruto (PIB) do país. Em 2007 o faturamento médio dos Empreendimentos de Economia Solidária (EES) foi de R\$ 653 milhões, o que corresponde a R\$ 7,8 bilhões por ano. Se utilizarmos o valor do PIB 2007 (= R\$ 2,558 trilhões), o percentual do faturamento anual dos EES em relação ao PIB Nacional foi de 0,3%. Vale ressaltar que 6.754 dos EES não declararam faturamento mensal ou declararam faturamento igual a R\$ 0,00, o que contribui para reduzir o indicador em relação ao previsto. Em 2007, também, foram identificados 21.859 Empreendimentos, principalmente por conta de um aumento de 40% em relação a 2005. Outro ponto muito importante da Economia Solidária é que ela é praticada principalmente pela população mais carente. De acordo com a Secretaria Nacional de Economia Solidária 61% dos trabalhadores que se ocupam com esse modelo organizacional são famílias que recebiam até um salário mínimo e meio. Diante disso, nota-se a grande viabilidade que a Economia Solidária proporciona no combate à pobreza e na geração de renda, mas principalmente, levando em consideração as bases do desenvolvimento sustentável e o respeito ao ser humano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Durante a explanação da investigação, observou-se uma grande evolução da Economia Solidária nos últimos anos. Evolução promovida, principalmente, através de políticas públicas voltadas a incentivar esse modelo organizacional. Por questões tradicionais, sempre apegados ao capitalismo, foi um pouco complicado dá início ao cooperativismo no Brasil. Mas, até mesmo por falta de alternativa e com o aumento da pobreza, viu-se que essa poderia ser um excelente caminho. Com o apoio de sindicatos, universidades, do Estado e grupos de ex-trabalhadores, a Economia Solidária cresceu e hoje é um importante segmento no tocante a queda do desemprego. Não há dúvidas que além de ajudar na criação de emprego, a Economia Solidária tem uma proposta social de desenvolvimento sustentável. Nos dias atuais, onde se discute bastante a questão do desrespeito ao meio ambiente, observa-se a diferença entre o sistema capitalista e o cooperativismo. Enquanto o capitalismo visa o lucro, independente, dos impactos causados ao ambiente, a Economia Solidária tem uma proposta inovadora e consciente. Baseado no preço justo, na solidariedade e no cooperativismo, ela procura obter além de resultados econômicos, benefícios sócias como redução da pobreza e diminuição da desigualdade social.

REFERÊNCIAS:

BENINI, Edi Augusto. **Economia Solidária, Estado e Sociedade Civil: um novo tipo de políticas públicas ou uma agenda de políticas públicas.** Marília, 2006.

MELLO, Claiton; STREIT, Jorge; ROVAI, Renato. **Geração de trabalho e renda, Economia Solidária e desenvolvimento local: a contribuição da fundação Banco do Brasil.** São Paulo, SP: Publisher Brasil, 2006.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2002.